



**EITI**

**São Tomé e  
Príncipe**

**Relatório Anual  
de Progresso**

**2015**

**EITI-STP**

---

**Comité Nacional**

---



São Tomé  
30 de junho de 2016

**Índice:**

<b>2. Mensagem do Presidente do Comité Nacional</b>	4
<b>3. Avaliação do desempenho em relação às metas e atividades definidas no plano de trabalho</b>	5
3.1. Reforçar a capacidade do Comité Nacional da EITI e todas as partes interessadas	
3.1.1. Atribuição do espaço e equipamentos para o escritório da EITI-STP	
3.1.2. Realizações de reuniões do Comité Nacional	
<b>4. Formação e capacitação do Comité Nacional e sociedade civil</b>	11
4.1. Realização de <i>workshops</i> de reforço de capacidades do Comité Nacional e demais partes interessadas	
4.2. <i>Workshop</i> de Formação: “O papel da sociedade civil e dos <i>media</i> na implementação da ITIE”	
4.3. <i>Workshop</i> Apresentação e discussão do draft do 2º Relatório EITI de São Tomé e Príncipe	
4.4. Troca de experiências do Comité Nacional com outros países implementadores	
<b>5. Atualização do Plano de Trabalho 2015</b>	14
5.1. Atividades não realizadas	
5.1.1. Comunicação e sensibilização da população sobre o processo e relatórios EITI:	
5.1.2. Elaboração da Estratégia de Comunicação	
<b>6. Ações de disseminação do 1º Relatório EITI de São Tomé e Príncipe e da ZDC com a Nigéria</b>	15
6.1. Disseminação do Relatório EITI de 2014:	
6.1.1. Corrida de canoas em São Tomé	
6.1.2. Campanhas Distritos de São Tomé	
6.1.3. Participação da EITI com um stand na Feira alusiva ao dia da Mulher de STP	
6.1.4. Materiais de disseminação e de sensibilização	
6.1.5. Redes Sociais	
6.1.6. Desenvolvimento da imagem e website da EITI STP	
6.2. Atividades não realizadas	
<b>7. Produção e Publicação de Relatórios</b>	16
7.1. Segundo Relatório EITI-STP 2014	
7.2. Produção e publicação do Relatório de Atividades referentes ao exercício de 2014	
7.3. Atividades não realizadas	
7.3.1. Conduzir São Tomé e Príncipe a condição de País Cumpridor	
7.3.2. Validação-piloto	
<b>8. Impacto e resultados da implementação da EITI em STP durante o ano de 2015</b>	19
8.1. Avaliação do desempenho em relação aos Requisitos da EITI	
8.2. Visão geral das respostas do grupo composto pelas diversas partes envolvidas em relação às recomendações da reconciliação e validação	
8.3. Os pontos fortes ou fracos específicos identificados no processo da EITI	
8.3.1. Pontos Fortes	
8.3.2. Pontos Fracos	
<b>9. Custos com a implementação</b>	27
<b>10. Detalhes da associação do grupo composto pelas diversas partes envolvidas durante o período</b>	29

Após a aceitação de São Tomé e Príncipe como país candidato a EITI, em 26 de Outubro de 2012, a Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas tem vindo a conquistar um importante espaço, consolidando-se a nível institucional como parceiro privilegiado do Governo na construção de uma imagem positiva do país.

Os resultados obtidos com a publicação do 2º Relatório EITI, referente ao ano de 2014, a abordagem comparativa sobre a relação dos custos de gestão da Zona de Desenvolvimento Conjunto com a Nigéria e a Zona Económica Exclusiva, aliado às recomendações contidas no relatório, constituíram um considerado avanço no processo que conduz São Tomé e Príncipe ao estatuto de país cumpridor. Iguamente, imprime uma nova dinâmica de funcionamento dos órgãos que compõem a EITI-STP, a relação entre eles e a sua relação com outras instituições, nacionais e internacionais.

Com os dois relatórios de EITI já publicados pelo país foi possível a reconciliação de receitas de um período correspondente a onze anos, num total de 140.141.000,00 USD, sendo 10.541.000,00 na ZEE e 129.600.000 na ZDC coma a Nigéria. Para São Tomé e Príncipe este facto constitui um importante exercício de preparação para o surgimento de uma indústria geradora de avultadas receitas.

Iguamente relevante foi a decisão do Comité Nacional de EITI de iniciar o processo de alargamento do perímetro da Iniciativa ao sector das pescas. A EITI-STP prevê com os próximos relatórios publicar reconciliação das receitas provenientes deste importante sector da economia do país e empregadora de uma parte da população santomense.

Com estes desenvolvimentos a EITI-STP continua a incorporar a este processo valores basilares para o cumprimento dos objetivos a atingir com a candidatura do país, sendo a inclusão das normas de EITI na nossa legislação nacional.

2015 foi também para o EITI-STP um ano de consolidação da confiança dos seus parceiros, tendo mais uma vez o plano de trabalho aprovado e implementado pelo Comité Nacional merecido financiamento dos parceiros tradicionais do Governo, como o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento e Timor-Leste, parceiro com o qual, através de um memorandum de entendimento, a EITI-STP tem vindo a desenvolver uma extraordinária parceria e do qual tem recebido apoio técnico e financeiro para o funcionamento do secretariado nacional.

O caminho percorrido ao longo de quatro anos de adesão como país candidato faz de São Tomé e Príncipe um país que tem claramente demonstrado o seu compromisso com a transparência na gestão dos seus recursos, não obstante os passos importantes que deverão ser dados para que o país atinja a meta desejada. O Comité Nacional de EITI continua engajado no seu papel de incentivar o Governo, as empresas e a sociedade civil a exercerem o seu papel com vista ao total cumprimento deste objetivo.

Acreditamos que, com o esforço e determinação de todos, cumpriremos a nossa aspiração de apresentar aos nossos parceiros e ao mundo um país transparente e atrativo ao investimento.



**Américo de Oliveira Ramos**

*Presidente do Comité Nacional de EITI*

*Ministro das Finanças, Comércio e Economia Azul*

Nesta secção, de acordo com o requisito 7.4(a)(iv) do Padrão EITI 2016, o CN vai avaliar de forma detalhada o grau de realização e os principais constrangimentos das atividades inscritas no Plano de Trabalho 2015.

De um modo geral, o cumprimento do Plano de Trabalho 2015 foi satisfatório, visto que a maior parte das atividades foram concluídas e traduziram-se em progressos significativos no processo de implementação da EITI em São Tomé e Príncipe.

Passamos, assim, a análise das atividades programadas no Plano de Trabalho 2015 agrupadas por quatro componentes designadamente: componente 1. Reforçar a capacidade do CN da EITI e de todas as partes interessadas; componente 2. Comunicação e sensibilização da população sobre o processo e relatórios EITI; componente 3. Produção e Publicação de relatórios e; componente 4. Conduzir São Tomé e Príncipe a condição de País Cumpridor.

### **3.1. Reforçar a capacidade do Comité Nacional da EITI e todas as partes interessadas:**

**3.1.1. Atribuição do espaço e equipamentos para o escritório da EITI-STP** - Em Novembro de 2015, o Ministério das Finanças e da Administração Pública, que tutela a EITI - STP, acolheu o escritório do Secretariado Permanente. Ainda, na perspetiva do reforço da capacidade de funcionamento da EITI, o escritório foi devidamente mobilado com o financiamento do Governo de STP e apetrechado com alguns equipamentos informáticos de escritório financiado pelo governo de Timor Leste no âmbito do Memorandum de Entendimento entre os dois governos.

Como resultado, o Secretariado Permanente beneficiou de melhorias em termos de condições de base para a realização das suas atividades de apoio ao CN, embora ainda persistam alguns constrangimentos sobretudo no que diz respeito a carência de recursos humanos.

**3.1.2. Realizações de reuniões do Comité Nacional:** Os Termos de Referência do Comité Nacional estabelecem a realização de seis reuniões ordinárias e de reuniões extraordinárias quando necessário (nº1, artigo 7º do Regulamento Interno do CN EITI STP). Em 2015 foram realizadas seis reuniões ordinárias e duas extraordinárias. Em todas as reuniões verificou-se o quorum necessário para validação das deliberações e aprovações do Comité Nacional.

**XII Reunião do CN** - a primeira reunião do ano de 2015, decorreu no dia 12 de Fevereiro com a presença dos seguintes membros do Comité Nacional e do Secretariado Permanente:

- Maximino Carlos, representante dos media
- Sónia Sequeira, representante de ANP-STP
- Eneias Santos, representante da WEBETO
- Emídio Pereira, representante da CCIAS
- Silu Santos, representante da Oranto Petroleum
- José Cardoso, Secretário Permanente

Agenda, conclusões, decisões e recomendações da reunião:

Fez-se um relance sobre o ponto de situação da EITI-STP com referência a disseminação do do 1º Relatório de EITI e atualização do plano de trabalho. Concluiu-se pela criação de grupos de trabalho com vista a realização das tarefas acima e foi discutido a

possibilidade de remuneração dos membros dos grupos de acordo com sua participação diária nos trabalhos.

**XIII Reunião do CN** – realizada no dia 12 de Março de 2015 sala de reuniões da Casa da Cultura, contou com a presença dos seguintes membros do Comité Nacional:

- Márcio Nascimento - representante do Tesouro
- Sónia Sequeira - representante da ANP
- Silu Santos - representante do Oranto Petroleum
- Célia Pereira - representante da ASMJ
- Emídio Pereira – representante da Camara do Comércio
- Jorge Carvalho do Rio - representante da FONG-STP
- José Cardoso - Secretário Permanente

Agenda, conclusões, decisões e recomendações da reunião:

Na reunião foi analisados os *drafts* finais, discutidos e aprovados os seguintes documentos: Plano de Trabalho de 2015 e TdR's do Administrador Independente para o concurso para elaboração do 2º Relatório de EITI.

**XIV Reunião Alargada do CN – Workshop de apresentação do 1º Relatório de EITI**

Realizou-se no dia 12 de Maio de 2015, no hotel Pestana São Tomé, com a presença do Administrador Independente e de coordenadores nacionais de EITI de Timor- Leste e Moçambique, Gabinete Registo e Informação Pública, Direção do Tesouro, Banco Central e Banco Mundial. Igualmente participaram representantes de organizações públicas, privadas e da sociedade civil.

Agenda, conclusões, decisões e recomendações da reunião:

A reunião, em formato workshop e presidida pelo Presidente do Comité Nacional, Ministro das Finanças e Administração Pública, incidiu sobre apresentação do 1º Relatório de EITI, dos progressos na implementação da EITI por São Tomé e Príncipe e a importância do alargamento da EITI para o sector das pescas.

A necessidade de uma comunicação mais eficiente para divulgação de informação e sensibilização da sociedade civil foi apresentada pelo Coordenador Nacional de EITI-STP e discutida pelos presentes.

A delegação do Banco Mundial presente apresentou um plano de apoio ao cumprimento dos objetivos do país no âmbito da EITI e do setor petrolífero, com referência a assistência técnica a Agência Nacional do Petróleo, e orientou para o processo de validação previsto para 2015.

Os Coordenadores Nacionais de Moçambique e Timor Leste apresentaram a experiência dos seus países, os dois países cumpridores.

O Administrador Independente, presente no workshop, apresentou o 1º Relatório EITI com ênfase para as conclusões nele contidas e recomendações para o 2º Relatório a ter em conta pelo Comité Nacional.

A Direção do Tesouro, pela sua diretora, apresentou o mecanismo de transferência de fundos da Conta Nacional do Petróleo para o Orçamento Geral do Estado.

O papel da sociedade civil na promoção da transparência e prestação de contas no sector extrativo foi apresentado pela coordenadora nacional de Timor-Leste como essencial para a consolidação da EITI.

**XV Reunião do CN** – realizada no dia 18 de junho, na Sala de Reuniões da Casa da Cultura, contou com a presença dos seguintes membros do CN e do Secretariado Permanente:

- Márcio Nascimento - representante do Tesouro
- Guilherme Mota - representante da ANP
- Silu Santos - representante do Oranto Petroleum
- Quina Bragança - representante da ASMJ
- Emídio Pereira - representante da Camara do Comércio
- Waldyner Boa Morte - representante da ONG Webeto
- Maximino Carlos - representante da Comunicação Social
- Jorge Carvalho do Rio - representante da FONG-STP
- José Cardoso - Secretário Permanente

Esteve presente ainda como convidado o Sr. Joost De Raeymaeker, consultor de comunicação.

Agenda, conclusões, decisões e recomendações da reunião:

Esta reunião se incidiu sobre a discussão da revisão do plano de trabalho e sua aprovação. Nela também foi apresentado o Relatório de Atividades de 2014 ao Comité Nacional pelo Secretariado tendo sido aprovado pelo Comité.

Dando continuidade aos trabalhos de elaboração do 2º Relatório, o Comité Nacional procedeu a aprovação dos *templates* para recolha de dados e definiu a materialidade a ser tomada em conta no relatório.

O consultor de Comunicação presente na reunião apresentou o *draft* da estratégia de comunicação a ser elaborada para as ações de disseminação do Relatório EITI e das informações às populações.

Foram nesta reunião planeadas as seguintes ações de formação: formação a organizações de sociedade civil e os media pela Agência Nacional Petróleo e formação/informação a Autoridade Conjunta Nigéria-São Tomé e Príncipe, a ter lugar el Abuja.

**XVI Reunião do CN** - realizou-se no dia 31 de Julho na Sala de Reuniões da Casa da Cultura com a presença dos membros do CN e do Secretariado Permanente abaixo discriminados:

- Márcio Nascimento - representante do Tesouro
- Sónia Sequeira - representante da ANP
- Quina Bragança - representante da ASMJ
- Emídio Pereira - representante da Camara do Comércio
- Waldyner Boa Morte - representante da ONG Webeto
- Maximino Carlos - representante da comunicação social
- Josias Umbelina dos Prazeres - representante da Região Autónoma do Príncipe
- Eduardo Elba - representante da FONG-STP
- José Cardoso - Secretário Permanente
- Gonçalo Silva - PWC
- José Bizarro - PWC

Como convidados estiveram também presentes os consultores da PwC, enquanto Administrador Independente e o consultor de comunicação.

Agenda, conclusões, decisões e recomendações da reunião:

A estratégia de comunicação, e o respetivo plano de implementação, foi apresentada pelo Consultor e aprovado pelo Comité Nacional.

Foi apresentada a organização do processo de disseminação do 1º Relatório EITI, tendo a data de início de disseminação ficado marcada para 21 de Agosto na ilha do Príncipe.

O relatório preliminar ao 2º Relatório EITI foi apresentado pelo Administrador Independente ao Comité Nacional, tendo este aprovado o documento.

**XVII Reunião do CN** – realizou-se no dia 18 de Setembro, no Hotel Praia, com a participação dos seguintes membros do CN, assim como o consultor que desenvolveu o website de EITI-STP:

- Márcio Nascimento - representante do Tesouro
- Álvaro Silva - representante da ANP
- Quina Bragança - representante da ASMJ
- Emídio Pereira – representante da Camara do Comércio
- Waldyner Boa Morte - representante da ONG Webeto
- Maximino Carlos - representante da comunicação social
- Edson Moniz- representante da FONG-STP
- José Cardoso - Secretário Permanente
- Karlley Frota - Consultor web

Agenda, conclusões, decisões e recomendações da reunião:

Tendo o Administrador Independente disponibilizado o *draft* do 2º Relatório para comentários do Comité Nacional, o Coordenador Nacional fez a apresentação dos comentários feitos por alguns membros do Comité e do Secretariado para análise.

A estrutura do website da EITI-STP a ser desenvolvido pelo consultor foi apresentado para discussão pelo Comité Nacional.

**XVIII Reunião do CN** – realizada no dia 6 de novembro, na Sala de Reuniões da Casa da Cultura, contou com os seguintes participantes membros do CN e do Secretariado Internacional:

- Márcio do Nascimento - representante do Tesouro
- Sónia Sequeira - representante da ANP
- Silu Santos - representante do Oranto Petroleum
- Quina Bragança - representante da ASMJ
- Emídio Pereira – representante da Camara do Comércio
- Waldyner Boa Morte - representante da ONG Webeto
- Maximino Carlos - representante da Radio Nacional
- Jorge Carvalho do Rio - representante da FONG-STP
- Josias Umbelina Prazeres – representante da Região Autónoma do Príncipe
- José Cardoso – Secretário Permanente

Agenda, conclusões, decisões e recomendações da reunião:

Abordou-se o ponto de situação da candidatura do país a EITI, tendo o Secretariado alertado ao Comité Nacional de que, não obstante os progressos obtidos até a data com a implementação da Iniciativa.

Da análise efetuada ao desempenho do país, mediante documento apresentado pelo Secretariado, o Comité Nacional concluiu que São Tomé e Príncipe apresentava vantagens de cumprimento dos requisitos 1, 2, 5 e 6, desvantagens e dificuldades de cumprimento nos requisitos 3 e 4, sendo que para o requisito 7 seria importante uma ação do Comité Nacional no sentido de influenciar o Governo no cumprimento das recomendações dos relatórios já realizados. O resumo, de acordo com os requisitos, concluiu o seguinte:

**Requisito 1. Supervisão efetiva de um grupo composto pelas diversas partes envolvidas.** O Comité Nacional considera estar cada vez mais engajado no processo e tem uma forte representação da sociedade civil. Como resultado, há uma crescente cultura de fiscalização às entidades responsáveis pelo fornecimento de informações necessárias à produção dos relatórios.



**Requisito 2. Publicação dos relatórios da EITI dentro dos prazos estabelecidos.** O 1º Relatório de EITI, referente ao período de 2003 a 2013, foi submetido fora de prazo inicialmente estabelecido, tendo sido entregue a 3 de dezembro de 2014, podendo ser justificado com o facto de ser a primeira experiência. Os TdR's são complexos e as discussões em torno dos TdR's duraram muito tempo. No entanto, a entrega foi feita dentro do prazo de alargamento estabelecido, não tendo sido necessária uma avaliação por parte do Comité de Direção da EITI sobre aceitação de tal alargamento do prazo. O 2º Relatório de EITI de 2014, submetido em 2 de outubro de 2015, foi entregue dentro do prazo estabelecido. Relativamente a este requisito, o Comité considera que o país está em condições de superar o seu cumprimento, sendo que a experiência até agora adquirida permitirá a realização dos relatórios respeitando melhor os prazos estabelecidos.

**Requisito 3. Elaboração de relatórios da EITI que incluam informações contextuais sobre as indústrias extrativas.** As insuficiências apresentadas na obtenção de informações da Zona de Desenvolvimento Conjunto com a Nigéria prevalecem. No que se refere a este requisito, o Comité considera que São Tomé e Príncipe deverá apresentar uma insuficiência de cumprimento. No entanto, é entendimento do Comité Nacional que o país irá cumprir o requisito no que toca a sua Zona Económica Exclusiva. O Comité recomenda insistência junto das autoridades nigerianas no sentido de haver maior colaboração, mormente da Autoridade Conjunta.

**Requisito 4. Produção de Relatórios da EITI abrangentes que incluam a divulgação integral das receitas governamentais provenientes da indústria extrativa, bem como a divulgação de todos os pagamentos materiais feitos ao governo pelas empresas de petróleo, gás e mineração.** O Comité reconhece que o país se encontra em situação análoga ao requisito 3, acima referido. As informações obtidas na ZEE permitem o cumprimento enquanto que as resultantes da ZDC com a Nigéria dificultam o seu cumprimento. A superação deste requisito dependerá igualmente da colaboração de autoridades nigerianas.

**Requisito 5. Um processo de garantia credível segundo padrões internacionais.** É entendimento do Comité que o processo de elaboração dos relatórios de EITI tem seguido as normas internacionais exigidas tanto pelo financiador como pelo Secretariado Internacional. Os TdR0s do Administrador Independente seguiram os critérios avançados de elaboração, foram amplamente discutidos pelas partes interessadas e aprovados pelo Comité Nacional, bem como os *templates* para obtenção das informações. Foi nos dois relatórios respeitada a materialidade definida e aprovada pelo Comité Nacional. Os relatórios foram produzidos por uma empresa de credibilidade internacional. Considera o Comité Nacional que este requisito pode ser cumprido pelo país.

**Requisito 6. Elaboração de relatórios da EITI que sejam compreensíveis, ativamente promovidos, publicamente acessíveis e que contribuam para o diálogo público.** O Comité Nacional considera que houve uma considerável evolução entre os dois relatórios produzidos, sendo que o 2º Relatório de EITI apresenta interessantes sugestões de debate público que implicam participação da sociedade civil e de outros atores sociais implicados. A reflexão sobre a comparação entre os custos com a Zona Conjunta com a Nigéria e a Zona Exclusiva de São Tomé e Príncipe e sugere reavaliação e reestruturação da gestão destas duas zonas é vista como ponto forte desta evolução e contribui bastante para a promoção de um debate público sobre a EITI. O primeiro relatório foi divulgado em todo o país, com recurso a parcerias com organizações de sociedade civil e ativistas sociais e os media. A simplificação das informações para sua melhor acessibilidade, aliado à forma inovadora com que foram feitos os trabalhos de disseminação, também terá contribuído para melhor eficácia na sua disseminação, o que coloca o país em posição de poder cumprir com o requisito em causa.

**Requisito 7. O grupo composto pelas diversas partes envolvidas deve tomar medidas para adotar lições aprendidas e rever os resultados e impactos da**

**implementação da EITI.** O Comité considera que o seu engajamento no processo tem sido crescente. No entanto, o desafio apresentado pelo facto de São Tomé e Príncipe ainda não produzir petróleo é considerado pelo Comité como factor limitador do seu trabalho. O Comité Nacional considera também que a ausência de mais recursos petrolíferos pode limitar a sua intervenção junto do Governo, no entanto expressou a sua convicção em continuar a exigir das autoridades maior colaboração no fornecimento de informações e de tomar decisões importantes no que concerne a intervenção junto do Governo sobre a necessidade de cumprimento das recomendações dos relatórios. É entendimento do CN que este requisito será cumprido por São Tomé e Príncipe com as experiências a acumular.

Tendo em conta a solicitação a ser apresentada ao Conselho de Administração da EITI para implementação adaptada, o Comité Nacional considerou que o pedido seria no sentido de se continuar com esforços para obter mais informações sobre a Zona de Desenvolvimento Conjunto, através da Autoridade Conjunta e a NEITI. O Comité instruiu o Secretariado para elaborar a carta que deverá ser assinada pelo Presidente do Comité.

Atendendo a proximidade da missão do Secretariado internacional para a validação piloto a São Tomé e Príncipe, nos dias 18 e 19 de Novembro, o Comité Nacional decidiu pela substituição do workshop de pré-validação agendado no plano de trabalho para o mesmo período.

Sobre a participação da EITI-STP na Conferência Global de EITI em Lima, em Fevereiro de 2016, o Secretariado fez os devidos esclarecimentos sobre a composição da delegação, tendo o Comité Nacional manifestado o interesse da participação santomense ser liderada à nível e decidido propor ao Governo que o Ministro das Finanças e Administração Pública, Presidente do Comité Nacional liderasse a missão de representação do país na 7ª Conferência Global de EITI.

**XIX Reunião do CN** - realizada no dia 19 de novembro, na sala de Reuniões do Ministério de Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente, contou com os seguintes participantes membros do CN e do Secretariado Internacional:

- Ministro Américo Ramos - Presidente do Comité Nacional
- Márcio do Nascimento - representante da Direção do Tesouro
- Sónia Sequeira - representante da ANP
- Silu Santos - representante do Oranto Petroleum
- Quina Bragança - representante da ASMJ
- Valter Carvalho - representante da Camara do Comércio
- Waldyner Boa Morte - representante da ONG Webeto
- Jorge Carvalho do Rio - representante da FONG-STP
- José Cardoso - Secretário Permanente

Como convidados estiveram ainda presentes:

- Lydia Kilpi - Secretariado Internacional
- Sam Bartlett - Secretariado Internacional

Agenda, conclusões, decisões e recomendações da reunião:

O Ministro das Finanças e Administração Pública e Presidente do Comité Nacional fez a abertura da reunião tendo dado as boas vindas à missão para validação piloto do Secretariado Internacional e reiterado o compromisso do Governo com a implementação da EITI.

A missão do SI apresentou o balanço dos trabalhos de avaliação da situação de candidatura do país, tendo reconhecido que esforços foram consentidos pela EITI-STP no sentido de se obter informações da ZDC com a Nigéria, justificando assim a necessidade de pedido de implementação adaptada. Este foi o principal assunto tratado na reunião,

tendo o SI sugerido ao Comité Nacional avançar com o pedido antes da Conferência Global EITI agendada para Fevereiro 2016.

**4.1. Realização de *workshops* de reforço de capacidades do Comité Nacional e demais partes interessadas** – a capacitação das partes interessadas é essencial no processo de implementação da EITI na vertente da sua supervisão e utilização das informações sobre a gestão do sector que contribua de forma efetiva para a promoção do debate público e reformas consideradas necessárias. Neste sentido o CN programou atividades de capacitação.

**Workshop: A ITIE em São Tomé e Príncipe e os resultados dos Relatórios pelo Administrador Independente** – decorreu no dia 14 de maio de 2015, na Assembleia Nacional, parceira na organização deste evento, de acordo com a agenda abaixo:

8:30 – 9:00	Registo dos participantes
9:00 – 9:10	Boas vindas. SE o Presidente da Assembleia Nacional Importância da ITIE para São Tomé e Príncipe <b>SE Ministro das Finanças e Administração Pública</b>
9:10 – 9:25	Apresentação dos participantes Relance sobre a ITIE-STP: Plano de Trabalho e o estado atual de implementação A experiência da ITIE-São Tomé e Príncipe <b>Jose Cardoso</b> , Secretário Permanente de ITIE-STP
9:25 – 10:00	Os standards de ITIE e a experiência dos países implementadores Objetivos de ITIE-STP: Objetivos do 2º Relatório de ITIE; FiTI <b>Ilhem Salamon</b> , Economista Sénior de Energia, Banco Mundial
10:00 – 11:15	Resultados dos relatórios de ITIE de São Tomé e Príncipe e da Zona de Desenvolvimento Conjunto com a Nigéria Recomendações do Administrador Independente <b>Gonçalo Silva</b> , Pricewaterhouse Coopers
11:15 – 11:30	Pausa-café
11:30 – 12:00	A Estratégia do Sector Petrolífero num cenário de baixa de preço do petróleo e a importância da transparência para atração de investimentos para a Zona Económica Exclusiva de São Tomé e Príncipe <b>Orlando Sousa Pontes</b> , Coordenador, Agência Nacional de Petróleo
12:00 – 12:30	ITIE: Uma ferramenta legislativa para o reforço da governação na Indústria Extrativa de São Tomé e Príncipe <b>Ilhem Salamon</b> , Economista Sénior, Energia e Indústrias Extrativas, Banco Mundial
12:30 – 13:00	Importância da transparência para o crescimento económico em África: O papel da Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas <b>Flávio da Gama</b> , Economista Residente, Banco Africano de Desenvolvimento
12:30 – 14:00	Almoço
14:00 – 14:45	Contribuição de ITIE-Moçambique para a boa governação nos sectores extrativos O papel do Comité Nacional na promoção de ITIE: a Sociedade Civil <b>Milagre Celestino Langa</b> , Coordenador Nacional ITIE-Moçambique

14:45 - 15:30	Contribuição de ITIE-Timor-Leste para a boa governação nos setores extrativos O Modelo de Transparência Timorense: o Portal da Transparência <b>Elda Guterres da Silva</b> , Coordenadora Nacional, ITIE-Timor-Leste
15:30 - 15:45	Os Standards de ITIE e sua apropriação pela Sociedade Civil <b>Eduardo Elba</b> , Secretário Permanente, Federação das ONG's de São Tomé e Príncipe
15:45 - 15:50	Encerramento <b>SE Ministro das Finanças e Administração Pública</b>

O objetivo deste evento foi o lançamento do primeiro relatório EITI STP 2003 - 2013 que deu início a disseminação deste relatório. Igualmente, teve o propósito de capacitar os participantes sobre os standards da EITI e o sector petrolífero de STP.

Contou com a presença dos membros do CN e demais partes interessadas em representação do governo, sociedade civil e empresas petrolíferas, comunicação social e Organizações Não Governamentais.

Este evento, realizado com o apoio técnico e financeiro do Banco Mundial, contou com exposições interessantes sobre a situação atual da exploração do petróleo, experiências de Moçambique e Timor Leste e a apresentação do primeiro relatório. Todos participantes receberam o relatório em formato eletrónico numa *pen drive*. Foi um evento participativo onde os presentes levantaram e viram esclarecidas questões de gestão transparente e responsável do sector petrolífero. As experiências da EITI em Timor Leste e Moçambique, expostas pelos respetivos coordenadores nacionais, constituíram importantes contribuições a considerar no processo de implementação da EITI em STP. O maior impacto traduziu-se na promoção da consciência pública sobre a atividade petrolífera em STP e o papel da EITI-STP.

**4.2. Workshop de Formação: “O papel da sociedade civil e dos media na implementação da ITIE”** - organizada em parceria com a Agência Nacional do Petróleo de São Tomé e Príncipe e com o apoio técnico e financeiro do Banco Mundial, decorreu no dia 18 de agosto de 2015, no Hotel Praia em São Tomé.

Esta ação de formação desenrolou-se seguindo a seguinte agenda:

8:30 - 9:00	Chegada dos participantes
9:00 - 9:10	Boas vindas de abertura dos trabalhos <b>SE o Ministro das Finanças e da Administração Pública</b>
9:10 - 9:40	Apresentação dos participantes Agenda dos trabalhos Objetivo da formação <b>Sônia Sequeira</b> , Representante da ANP no Comité Nacional de ITIE-STP O processo de disseminação do Relatório de ITIE <b>Joost De Raeymaeker</b> , Consultor de Comunicação
9:40 - 10:20	A Situação Atual do Setor Petrolífero na ZEE e Perspetivas para o Futuro O Contrato de Partilha de Produção (CPP) <b>Orlando Sousa Pontes</b> , Diretor Executivo, Agência Nacional de Petróleo de STP
10:20 - 11:00	Debate
11:00 - 11:20	Pausa-café

11:20 - 12:20	A ITIE como ferramenta para o reforço da governação na Indústria Extrativa de São Tomé e Príncipe O papel da sociedade civil e dos <i>média</i> no processo de disseminação de informações de ITIE às populações <i>Ilhem Salamon, Economista Sénior, Energia e Indústrias Extrativas, Banco Mundial</i>
12:20 - 13:30	Debate
13:30	Almoço

A ação de formação, ministrada pela Agência Nacional do Petróleo e Banco Mundial, teve como objetivo capacitar a sociedade civil e os media para disseminação das informações produzidas durante o processo de implementação da ITIE em STP, de forma a permitir o escrutínio público informado. Para este efeito, os oradores transmitiram conhecimentos práticos sobre o setor petrolífero de STP e a importância da EITI como ferramenta de fortalecimento da boa governação do setor petrolífero.

Participaram 44 formandos entre os quais membros do CN, representantes dos meios da comunicação social do país e das ONG's atuantes na área da transparência.

O balanço da formação foi positivo na medida em que os participantes admitiram que saíram munidos de conhecimentos tanto sobre o processo de exploração petrolífera em STP, como sobre a implementação da EITI no país, incluindo o primeiro relatório EITI STP. Como resultado, verificou-se maior envolvimento dos jornalistas e da sociedade civil no processo de divulgação de informações sobre a Iniciativa que lhes permitiram informar os cidadãos santomenses de forma mais clara, objetiva e simplificada.

**4.3. Workshop Apresentação e discussão do draft do 2º Relatório EITI de São Tomé e Príncipe** - É parte integrante da produção do relatório EITI, a formação e contribuições tanto das partes intervenientes no processo (empresas petrolíferas e agências governamentais) como qualquer parte interessada como a sociedade civil, os *medias* entre outros. Com este fim, realizou-se no dia 23 de Setembro de 2015, no Hotel Praia em São Tomé o referido workshop sob a orientação do Administrador Independente responsável pela elaboração do - firma Pricewaterhouse Coopers.

Participaram no evento os membros do Comité, entidades públicas santomenses, sociedade civil e parceiros de desenvolvimento que têm colaborado no processo de implementação da EITI no País.

O workshop decorreu de acordo com a seguinte agenda:

8:00	Chegada dos participantes
8:30	Abertura, pelo Presidente do Comité Nacional <i>Ministro das Finanças e Administração Pública, Américo Ramos</i>
8:40 - 9:00	Objetivo dos trabalhos, <i>Secretário Permanente de ITIE, José Cardoso</i>
9:00 -10:30	Apresentação do draft do 2º Relatório de ITIE <i>Pricewaterhouse Coopers, Gonçalo Silva</i>
10:30 - 10:50	Pausa - café
10:50	Discussão do relatório para aprovação pelo Comité Nacional
13:00	Almoço

A atividade foi produtiva pelas valiosas contribuições dos participantes que permitiram melhorar 2º Relatório EITI STP 2014 em termos de estrutura e conteúdo tornando-o compreensível e acessível ao público e por conseguinte promovendo o debate informado. Por outro lado, a componente formação deste evento contribuiu para a capacitação dos participantes no que diz respeito ao conceito e papel do Relatório EITI para o País.

#### 4.4. Troca de experiências do Comité Nacional com outros países implementadores

De acordo com o Plano de Trabalho 2015 o CN desenvolveu atividades de promoção de trocas de experiências sobre os processos de implementação da EITI em outros países implementadores da EITI a fim de reforçar o desempenho de STP nesta matéria. Assim, o CN formulou convites aos Coordenadores Nacionais de Moçambique e Timor- Leste para partilharem as respetivas experiências. Foi assim, que no âmbito do programa de actividades de lançamento do primeiro Relatório EITI-STP 2003 - 2013, realizou-se dois eventos (acima mencionados) que contou com a presença e preciosas contribuições dos Coordenadores Nacionais de Moçambique e de Timor Leste nomeadamente:

- XIV Reunião Alargada do CN, no dia 12 de Maio de 2015

- **Workshop: A ITIE em São Tomé e Príncipe e os resultados dos Relatórios pelo Administrador Independente**, organizada em parceria com a Assembleia Nacional no dia 14 de maio de 2015,

Moçambique e Timor Leste são países que se encontram num estágio mais avançado de implementação da EITI com experiências interessantes que podem ser replicadas de forma contextualizada em benefício de STP como por exemplo no que diz respeito a monitorização dos projetos sociais financiados pelas empresas petrolíferas e a capacidade e mecanismos de intervenção da sociedade civil no processo de implementação da EITI. STP constatou que tem tido avanços significativos na implementação da EITI. Apesar de ainda não ser um país produtor de petróleo, o sector petrolífero santomense fundamenta-se em princípios da transparência e a boa governação no sector. A nível interno os princípios da transparência têm carácter de obrigatoriedade, pois estão inseridos na legislação petrolífera. O próprio processo de implementação tem revelado avanços significativos com a publicação e disseminação dos relatórios EITI.

Para reforçar o funcionamento do CN e do Secretariado Permanente foi criado um grupo no Facebook onde os membros do CN podem fazer o intercâmbio de ideias de forma instantânea. Este espaço digital exclusivo tem funcionado como um instrumento de maior proximidade eficaz e eficiente de trabalho para a EITI-STP.

O Plano de trabalho 2015 foi atualizado para fazer face aos novos desafios relacionados com o processo de validação que deveria ter início no dia 1 de Outubro 2015 e a decisão do CN em alargar o perímetro da EITI-STP para o sector das pescas através de um estudo diagnóstico. O Plano de Trabalho 2015 foi aprovado pelo CN em junho de 2015 e publicado no site do Ministério das Finanças e Administração Pública, instituição que tutela EITI-STP.

#### 5.1. Atividades não realizadas

Algumas atividades desta componente não foram realizadas por razões de limitações financeiras e défice de pessoal. A implementação EITI - STP depende quase 100% de fundos externos e o Secretariado Permanente contava com um único elemento, o Secretário Permanente, que dificultaram a execução completa das atividades programadas. Estas atividades foram calendarizadas no Plano de Trabalho de 2016.

As atividades não executadas foram as seguintes:

- Troca de experiências com Comitês Nacionais de outros países implementadores da EITI através de visitas de estudo dos membros do CN e do Secretariado Permanente à estes países;
- Estabelecimento de parcerias com instituições do Estado (ANP-STP e Tribunal de Contas) a fim de promover o engajamento destas no processo de implementação da EITI-STP;
- Ateliê em parceria com as empresas petrolíferas para explicar os processos de exploração e produção do petróleo e respetivas atividades;
- Formação / informação sobre 1º Relatório de ITIE de São Tomé e Príncipe e da ZDC com a Nigéria a Autoridade Conjunta Nigéria – STP em Abuja.

#### **5.1.1. Comunicação e sensibilização da população sobre o processo e relatórios EITI:**

Na sequência da publicação do 1º Relatório EITI de São Tomé e Príncipe e da ZDC com a Nigéria, em Dezembro de 2014 e do seu lançamento nos eventos realizados nos dias 12 de maio 2015 (XIV Reunião Alargada do CN) e 14 de maio 2015 (Workshop: A ITIE em São Tomé e Príncipe e os resultados dos Relatórios pelo Administrador Independente), a EITI-STP desenvolveu ações de disseminação que se traduziram no seguinte:

**5.1.2. Elaboração da Estratégia de Comunicação** – A estratégia de comunicação. Incluindo o respetivo plano de ação para a sua implementação, foi elaborada por um consultor externo em consulta permanente com o CN que permitiu definir os meios mais efetivos de comunicação e disseminação do processo de implementação da EITI em STP. Tendo sido aprovada pelo CN em julho de 2015, durante o mês de agosto foram desenvolvidas várias ações de disseminação por todo o país.

## **6**

### **Ações de disseminação do 1º Relatório EITI de São Tomé e Príncipe e da ZDC com a Nigéria:**

#### **6. 1. Disseminação do Relatório EITI de 2014:**

Campanha de Disseminação do I Relatório ITIE (ZEE e ZDC) na Ilha do Príncipe – decorreu no dia 21 de agosto de 2015 sob a presidência do SE Presidente do Governo Regional do Príncipe e com a participação de todos os membros do CN e do Secretário Permanente, individualidades políticas e da sociedade civil da Região autónoma do Príncipe. Ao longo do dia realizou-se um workshop e visitas aos projetos sociais na comunidade de Terreiro Velho e na cidade de Santo António financiados pelas empresas petrolíferas Oranto e Equator, operadoras na Zona Económica Exclusiva de STP.

Durante o workshop, que contou com a participação dos representantes do Governo Regional, ONG'S e comunicação social, a EITI-STP transmitiu os princípios da ITIE, o ponto da situação da implementação da EITI em STP e os resultados do 1º Relatório. Igualmente, os participantes tiveram oportunidade de visualizar um vídeo ilustrativo sobre a EITI e as noções básicas sobre o sector petrolífero em STP, encenado pelo grupo "Criativos". A interação com os participantes foi interessante na medida em que estes revelaram-se genuinamente preocupados com a situação da ilha do Príncipe no âmbito do processo de administração do setor petrolífero, sobretudo no que diz respeito a gestão das receitas petrolíferas, particularmente a parcela correspondente aos 7% anuais destinados à Ilha Príncipe, conforme estipulado na Lei-quadro das Receitas Petrolíferas.

**6.1.1. Corrida de canoas em São Tomé:** EITI – STP organizou no dia 22 de Agosto 2015, na cidade de São Tomé em parceria com a ONG Marapa, uma corrida de canoas de pescadores. Antes do início da partida o Secretário Permanente falou com as comunidades de pescadores de São Pedro, São João, Pantufo e Praia Lichinga sobre a



Iniciativa e o 1º Relatório. O vencedor da competição da comunidade de São Pedro recebeu o primeiro prémio das mãos do Presidente do CN, o Ministro das Finanças e Administração Público. A comunicação social marcou presença para a cobertura do evento. Foram oferecidas t-shirts e bonés com o slogan da EITI-STP que servira de mote para a campanha de disseminação “Kwá pôvo, pôvo toká sêbê!” (O povo merece ser informado sobre o que é seu).

**6.1.2. Campanhas Distritos de São Tomé:** Mé-Zóchi: o segundo distrito mais populoso de São Tomé foi percorrido pelo Comité Nacional em parceria com ONG's para ação de sensibilização às populações. Um encontro com a Câmara Distrital foi realizado e, de seguida, sessões de esclarecimento às populações foram realizadas nos principais mercados da Trindade e Cruzeiro e às aglomerações populacionais.

**6.1.3. Participação da EITI com um stand na Feira alusiva ao dia da Mulher de STP:** decorreu no dia 19 de Setembro de 2015 com o apoio da Associação Santomense das Mulheres Juristas. Constituiu mais uma oportunidade de sensibilizar o público e algumas entidades, entre as quais, a Ministra da Saúde e a presidente do Instituto Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género.

**6.1.4. Materiais de disseminação e de sensibilização:** foram produzidos materiais de apoio à campanha de disseminação tais como cópias em suporte papel e digital do Relatório EITI 2003 – 2013 em versões português e inglês, sendo distribuídos sobretudo em formato digital; folhetos com informações resumidas das conclusões do Relatório; brochuras e *flyers* sobre a evolução de sector petrolífero em STP; vídeo sobre a EITI e o sector petrolífero; camisolas, chapéus, esferográficas com o logotipo e slogan da EITI-STP. O slogan escolhido para disseminação foi “Kwá pôvo, pôvo toká sêbê” que, em língua tradicional santomense significa: o povo merece estar informado sobre o que a ele pertence.

**6.1.5. Redes Sociais:** EITI-STP mantém uma página no Facebook e uma conta uma conta Twitter com atualizações regulares desde agosto de 2015. A página tinha mais de 200 seguidores (dez 2015).

**6.1.6. Desenvolvimento da imagem e website da EITI STP:** O logótipo criado para EITI-STP teve utilização plena em 2015 em todas as ações de informação e divulgação, tais como: materiais promocionais, website e redes sociais.

O domínio *eiti.st* foi criado e o layout do website foi apresentado ao Comité Nacional para apreciação e aprovação. Iniciou-se os trabalhos de desenvolvimento dos conteúdos.

## 6.2. Atividades não realizadas

Todas as actividades desta secção foram realizadas excepto a programação da criação de um Centro de Recurso da EITI e a realização de programas de TV e spots. O CN deve dar mais efectividade à estratégia de comunicação.

Os constrangimentos prenderam-se com o défice de pessoal para execução cabal das actividades programadas e com a capacidade de simplificação das informações sobre os relatórios e a EITI de formar a permitir maior engajamento da sociedade civil em geral contribuindo desta forma para o debate público.

### 7.1. Segundo Relatório EITI-STP 2014

Para efeitos de elaboração do segundo relatório EITI 2014, foi selecionado, com base em um concurso público, a firma Pricewaterhouse Coopers.



O 2º Relatório EITI STP abrangendo o ano de 2014 e publicado a 2 de Outubro de 2015, versou principalmente sobre a ZEE visto não existirem fluxos financeiros na Zona de Desenvolvimento Conjunto em 2014, e fez uma atualização do 1º Relatório no sentido de preencher as lacunas preexistentes neste relatório relativamente às informações sobre as licenças da ZDC com a Nigéria.

Produzido de acordo com o Padrão EITI 2013 e a definição da materialidade pelo CN, o 2º Relatório 2014, apresenta informações de reconciliação de pagamentos e recebimentos das empresas e governo resultantes da atividade petrolífera na ZEE. De acordo com a decisão do CN, todos os pagamentos foram considerados de materiais. Não foram identificadas discrepâncias relevantes.

Igualmente, foram reportadas informações contextuais da ZEE e ZDC sobre o sector extrativo, o regime legal, atribuição e registo de licenças, divulgação de contratos, participação do Estado entre outras informações exigidas. No entanto, persistem dificuldades em assegurar a participação plena da Autoridade de Desenvolvimento Conjunto (ADC) - entidade que administra a ZDC - sobretudo no que diz respeito a disponibilização de informações referentes às licenças e a divulgação dos contratos desta Zona. Esta situação resultou na tomada de decisão do CN em Novembro de 2015, em elaborar um pedido de implementação adaptada para ultrapassar este problema nos próximos relatórios.

É de destacar que o relatório apela a uma reflexão sobre a gestão dos recursos petrolíferos de STP fazendo comparação entre os custos de gestão da ZEE e da ZDC.

O Segundo Relatório EITI mereceu comentários positivos do Secretariado Internacional EITI.

## **7.2. Produção e publicação do Relatório de Atividades referentes ao exercício de 2014**

De acordo com os Requisitos 7.2 e 1.6 c) do Padrão EITI 2013, o CN produziu e publicou o Relatório Anual de Atividades de 2014 que avaliou e documentou o progresso e impacto registados na implementação do Plano de trabalho do ano em referência.

## **7.3. Atividades não realizadas**

Todas as atividades desta componente foram executadas com exceção de uma, designadamente a produção do Estudo de alargamento do perímetro da EITI ao sector das pescas. O não cumprimento desta atividade resulta da suspensão do concurso de contratação do consultor pelo BAD, responsável pelo seu financiamento, tendo sido transferida para o ano seguinte.

### **7.3.1. Conduzir São Tomé e Príncipe a condição de País Cumpridor**

O início do processo de validação de STP estava previsto para 1 de Outubro de 2015, tendo sido adiada para 1 de janeiro 2016 por decisão do Conselho da Administração da EITI.

Assim, o Conselho de Administração Internacional da ITIE na sua 30.ª Reunião do Conselho de Administração em Berna, na Suíça, deliberou que cinco países cujo processo de validação deveriam ter lugar em 2015 (Ilhas Salomão, Gana, Mongólia, Timor Leste e São Tomé e Príncipe) seriam submetidos a validação piloto até ao fim de 2015. Para tal teve lugar uma missão do Secretariado Internacional de EITI durante os dias 18 e 19 de novembro 2015, com o objetivo de avaliar de forma imparcial o progresso do país no processo de implementação da EITI e a satisfação das disposições da EITI Padrão 2013.

A missão, composta pelos senhores Lydia Kilpi, *country officer* para São Tomé e Príncipe e Sam Bartlett, Diretor Técnico do Secretariado Internacional, com o objetivo de melhor conhecer as atividades desenvolvidas pela EITI-STP, bem como o papel de todas

as instituições envolvidas direta ou indiretamente no processo, reuniu-se com as seguintes instituições/individualidades e organizações: Ministro das Finanças e Administração Pública, Comité Nacional EITI,-STP Agência Nacional do Petróleo de São Tomé e Príncipe, Banco Central de São Tomé e Príncipe; Associação Santomense de Mulheres Juristas (CN), Federação das ONG's de São Tomé e Príncipe (CN); ONG's da Rede da Sociedade Civil para Boa Governação, Equator Exploration, Oranto Petroleum Ltd., Sinoangol STP, Banco Africano de Desenvolvimento e AFAP (Agência Fiduciária de Administração de Projetos) que gere os fundos do Banco Mundial, uma das instituições financiadoras da implementação da EITI em STP.

### 7.3.2. Validação-piloto

O Relatório da validação piloto indicou oito (8) recomendações abaixo transcritas e que foram consideradas no Plano de Trabalho de 2016:

1. *O MSG deverá analisar a sua composição, de modo a garantir um maior empenhamento por parte do setor e da sociedade civil e a ligação aos grupos de interesse mais amplos;*
2. *O MSG deverá rever os Termos de Referência e assegurar o registo consistente das decisões tomadas pelo MSG;*
3. *O MSG deverá acordar um novo plano de trabalho para 2016 que inclua objetivos e atividades que contemplem as prioridades levantadas pelos intervenientes, as recomendações dos primeiros dois relatórios da ITIE e as recomendações da validação-piloto. Deverá ser também assegurada a existência de um plano acordado para as atividades de comunicação e divulgação;*
4. *O MSG deverá assegurar que o Administrador Independente adere aos requisitos de um processo de garantia credível aplicando os padrões internacionais (requisito 5 da ITIE);*
5. *O MSG deverá considerar a participação na divulgação-piloto, uma vez que os organismos governamentais estão a adotar cada vez mais esta perspetiva, por forma a satisfazer as respetivas obrigações no âmbito do relatório da ITIE. Esta ação possibilita a redução dos custos de implementação da ITIE e a disponibilização de dados mais úteis e atempados. Tendo em consideração o atual volume de receitas do setor e a dependência de financiamento externo, existem preocupações legítimas quanto à viabilidade da ITIE na sua forma atual;*
6. *O MSG deverá continuar a procurar resolver o problema da cobertura na ZDC (ver abaixo). Embora seja problemático e esteja fora do controlo do governo e do MSG o assegurar do empenho total da ADC, recomenda-se um esforço contínuo para envolver a ADC, de forma a garantir que o Relatório da ITIE apresenta uma panorâmica exaustiva do setor petrolífero em São Tomé e Príncipe;*
7. *O MSG deverá continuar os esforços no sentido de aumentar a transparência em relação aos pagamentos sociais, incluindo o desenvolvimento da capacidade das OCS para monitorizar a seleção e a execução destes projetos. Coloca-se a necessidade de diretrizes mais claras e melhor acompanhamento dos projetos sociais (por exemplo, na seleção dos beneficiários para as bolsas de estudo financiadas pelas empresas);*
8. *O MSG deverá considerar a divulgação dos direitos de propriedade relativos às empresas que operam na ZEE, o que deverá ser relativamente simples visto existirem tão poucos operadores.*

Perante o exposto nesta secção concluímos que a maior parte das atividades programadas e fundamentais para o progresso da implementação da EITI STP foi executada. As maiores dificuldades foram encontradas principalmente a nível da execução das atividades da componente 1. (Reforçar a capacidade do Comité Nacional da EITI e todas as partes interessadas) cujos constrangimentos estão associados a

razões de limitações de recursos financeiros e humanos conforme acima mencionado. Também tivemos algumas fragilidades na componente 2 (Comunicação e sensibilização da população sobre o processo e relatórios EITI) pelas mesmas razões com consequências inevitáveis na implementação efetiva da Estratégia de Comunicação EITI – STP.

## Impacto e resultados da implementação da EITI em STP durante o ano de 2015

Apesar de São Tomé e Príncipe ainda não produzir petróleo encontrando-se na fase de pesquisa, durante o ano de 2014 a implementação da EITI em STP revelou-se importante pelos seguintes impactos:

- A publicação dos Relatórios EITI-STP permitiu maior acesso a informação sobre as atividades do sector petrolífero e o papel e importância da EITI. Por conseguinte registou-se um aumento da consciência pública sobre esta matéria;
- O processo de elaboração dos relatórios promoveu uma maior responsabilização das agências governamentais diretamente envolvidas na gestão do sector petrolífero (sobretudo, ANP-STP, agência reguladora do sector petrolífero e o GRIP, órgão público responsável pela publicação de informações petrolíferas) no que diz respeito a organização e disponibilização de informações como um dos meios de transparência e prestação de contas;
- Reflexão pública sobre a gestão da Zona de Desenvolvimento Conjunto com a Nigéria comparativamente com a gestão da ZEE em termos de custos;
- Identificação de necessidades de melhorias na monitorização e fiscalização execução dos projetos sociais desenvolvidos pelas empresas petrolíferas no âmbito dos respetivos contratos petrolíferos;
- Identificação de necessidades de melhorias da legislação do sector petrolífero no sentido de promover um ambiente favorável ao investimento. Como resultado o Governo de São Tomé e Príncipe solicitou assistência técnica ao Banco para apoiar e reforçar a capacidade da ANP.

O CN ao longo da implementação do Plano de trabalho, também identificou alguns **desafios** dos quais destacamos os seguintes:

- Sustentabilidade financeira da EITI – STP, considerando que a sua implementação depende quase a 100% de fundos externos;
- Encontrar mecanismos de melhor controlar o processo desenvolvimento dos projetos sociais executados pelas empresas petrolíferas com envolvimento da sociedade civil;
- Garantir a obtenção de dados e informações da ZDC necessários para a elaboração dos próximos Relatórios de EITI abrangentes do sector petrolífero de São Tomé e Príncipe;
- Garantir o acesso do público a informação simplificada de forma a permitir que o cidadão saiba como fazer uso dessas informações contribuindo, assim, para o debate público.

### 8.1. Avaliação do desempenho em relação aos Requisitos da EITI

De acordo com o requisito 7.4(a)(ii) do Padrão EITI 2016, o Comité Nacional procedeu a avaliação da implementação da EITI de São Tomé e Príncipe, tendo em conta os sete requisitos da EITI, com o seguinte resultado:

Requisitos	Progresso
<b>Requisito 1. Fiscalização pelo grupo composto pelas diversas partes</b>	
<p><b>Disposição 1.1.</b></p> <p>Fiscalização do processo da EITI pelo Governo</p>	<p>O Ministro das Finanças e da Administração Pública é o promotor da EITI-STP e preside o MSG. Goza da confiança de todos os intervenientes, autoridade e capacidade de coordenação das ações da EITI a nível das agências governamentais relevantes e de mobilização de fundos. Inclusive, o escritório do Secretariado Permanente está sediado no Ministério das Finanças e Administração Pública desde Novembro de 2015.</p> <p>O governo está totalmente empenhado na implementação da EITI. Todas as instituições do governo submeteram informações solicitadas para o segundo Relatório da ITIE com prontidão. Constatou-se uma clara evolução na disponibilização de dados por parte destas, fruto de melhor gestão da informação impulsionada pela EITI-STP.</p> <p>O empenhamento do governo revela-se também através do OGE que inclui verbas para o funcionamento da EITI. Tem custeado despesas do escritório e de deslocação do membro do MSG da ilha do Príncipe para participar nas reuniões MSG.</p> <p>Os membros do Governo marcaram presença em todas as reuniões do MSG com uma participação ativa e inputs relevantes no processo de implementação da EITI.</p> <p>Durante 2015 verificou-se maior colaboração tanto entre as instituições governamentais direta e indiretamente envolvidas como com a sociedade civil e a comunicação social.</p> <p>Os outros representantes do governo incluídos no MSG são oficiais de nível técnico que têm dado contribuições valiosas. Entretanto, como forma de garantia de maior engajamento por parte das companhias e da sociedade civil e a ligação aos grupos de interesse mais amplo introduziu-se na agenda de trabalho do CN a revisão da sua composição.</p>
<p><b>Disposições 1.2. - 1.3.</b></p> <p>Engajamento das companhias e sociedade civil</p>	<p>As companhias e a sociedade civil estão engajadas na implementação da EITI. Não existem obstáculos legais ou administrativos e políticos à sua participação. O engajamento do sector petrolífero evoluiu positivamente durante o na de 2015. O representante do sector participou regularmente nas reuniões do CN e, no processo de elaboração do relatório de 2014, todas as empresas sujeitas ao relatório apresentaram informações solicitadas, revelando uma grande evolução relativamente ao relatório anterior.</p> <p>Os membros da sociedade civil que integram o CN participaram regularmente nas reuniões do Comité onde sempre expressaram livremente as suas opiniões. Também participaram em todas as atividades de sensibilização como parceira, incluindo ações de sensibilização pelo país e <i>workshops</i>, envolvendo grupos de interesse mais amplos. O CN reconhece um engajamento cada vez maior da sociedade civil no processo EITI como instrumento de prestação de contas e oportunidade de maior intervenção na definição da política de gestão dos recursos petrolíferos. Não deixa, entretanto, de constatar necessidades a nível de formação e recursos para uma participação mais eficaz.</p> <p>Persistem as dificuldades na obtenção de dados sobre a ZDC. A ADC tem colaborado e participado voluntariamente na recolha de dados. Contudo, os dados relativos às licenças da ZDC fornecidos por esta têm sido insuficientes.</p>

<p><b>Disposição 1.4.</b> Governança e funcionamento do MSG</p>	<p>O CN, estabelecido na base de consultas alargadas, está cada vez mais engajado no processo de implementação da EITI com uma forte representação da sociedade civil. No entanto, algumas melhorias são necessárias para melhorar o desempenho do CN. Neste sentido, foram identificadas algumas preocupações a serem consideradas no plano de trabalho 2016 nomeadamente: revisão do TdR do MSG no sentido de garantir a representatividade dos grupos integrantes e o envolvimento dos grupos de interesses mais amplos e a melhorar as regras e procedimentos de funcionamento interno do EITI-STP; o investimento na formação e capacitação das partes interessadas sobre o papel e potencial da EITI.</p>
<p><b>Disposição 1.5.</b> Plano de Trabalho</p>	<p>O CN aprovou um plano de trabalho de dois anos em 2014. Em 2015 o plano foi atualizado de acordo com os princípios da EITI, as prioridades nacionais e as recomendações resultantes da implementação da EITI. O CN considera que o cumprimento do Plano de Trabalho 2015 foi satisfatório, tendo concluído a maior parte das atividades que se traduziram em progressos significativos no processo de implementação da EITI em São Tomé e Príncipe. Contudo, o Plano de Trabalho, deverá ser continuamente aprimorado de forma que possa funcionar, de facto, como um instrumento de orientação do trabalho do CN e do Secretariado Permanente.</p>
<p><b>Requisito 2. Quadro legal e institucional, incluindo atribuição de licenças e contratos</b></p>	
<p><b>Disposição 2.1.</b> Quadro Legal</p>	<p>O Segundo Relatório da EITI referente ao ano 2014 contém uma descrição detalhada do quadro legal e regime fiscal que regem o setor extrativo santomense, inclusive, os regimes fiscais da ZEE e ZDC com a Nigéria foram comparados. O relatório descreve, ainda, os papéis dos organismos governamentais envolvidos na gestão do setor e as reformas em curso na ZEE e ZDC. O documento inclui, igualmente, recomendações para a revisão da estratégia e estrutura relativas a ambas as zonas.</p>
<p><b>Disposição 2.2.</b> Atribuição de licenças</p>	<p>O CN considera que houve uma considerável evolução entre os dois relatórios produzidos, sendo que o 2º Relatório de EITI apresenta informações completas sobre a ZEE. No entanto persiste a insuficiência de informações da Zona de Desenvolvimento Conjunto com a Nigéria. A superação deste requisito depende da colaboração das autoridades nigerianas.</p>
<p><b>Disposição 2.3.</b> Registo de Licenças</p>	<p>Encontra-se em situação análoga à disposição 2.2, acima referida. As informações obtidas na ZEE permitem o cumprimento do requisito 2.3 contrariamente a ZDC com a Nigéria, cujas informações continuam a ser de difícil obtenção. A superação deste requisito depende da colaboração de autoridades nigerianas.</p> <p>Levando em consideração estes obstáculos legais e/ou práticos que dificultam a divulgação completa de informações da ZDC, e o saneamento das lacunas do relatório de 2003-2013 no relatório 2014, sobretudo no que diz respeito a ZEE, o CN considera ter havido uma evolução significativa nesta disposição. Perante esta situação, o CN decidiu considerar um pedido de implementação adaptada ao Conselho da EITI para os futuros relatórios</p>

<p><b>Disposição 2.4.</b> Contratos</p>	<p>Encontra-se na situação análoga a das disposições anteriores. Houve uma divulgação detalhada de contratos para a ZEE, mas não para a ZDC.</p> <p>O relatório reporta a disposição legal para a transparência nos contratos (Lei 16/2009 Lei Quadro das Operações Petrolíferas) que estipula a publicação pelo Gabinete de Registo de Informação Pública (GRIP) de todos os contratos relacionados com a atividade petrolífera. Quanto a ZDC, apesar da Declaração Conjunta de Abuja, que estabelece a transparência ao nível dos contratos da ZDC, na prática os contratos da ZDC não estão disponíveis ao público, registando-se, assim, uma discrepância entre a política de transparência nos contratos e o que é praticado na ZDC.</p>
<p><b>Disposição 2.5.</b> Direitos de Propriedade</p>	<p>O CN não considerou a cobertura dos direitos de propriedade nos relatórios EITI.</p> <p>No entanto o CN é da opinião de que as questões relativas aos direitos de propriedade das empresas a operar na ZEE e na ZDC eram um assunto de interesse público e gostariam de ter mais informações e de discutir mais a questão. Neste sentido, o CN considerou documentar esta questão nos próximos relatórios EITI.</p>
<p><b>Disposição 2.6.</b> Participação do Estado</p>	<p>Os termos da participação do estado estão definidos claramente. De acordo com o CPP, é atribuída ao Estado de STP uma participação de 10% a 15% nos blocos da ZEE que é custeada pelas empresas petrolíferas até ao início da produção. Tendo em conta que STP encontra-se ainda no período de pesquisa, a participação do estado não conduziu a nenhuma receita ou despesas.</p> <p>As participações do Estado têm sido monitorizadas pela Agência Nacional do Petróleo.</p>
<p><b>Requisito 3. Exploração e Produção</b></p>	
<p><b>Disposição 3.1.</b> Atividades de Exploração</p>	<p>O Relatório 2014 descreve o sector petrolífero. A semelhança das disposições 2.2 - 2.4 persiste a insuficiência de informação sobre a ZDC. O Relatório descreve exaustivamente informações sobre a ZEE, enquanto a ZDC não forneceu todas as informações solicitadas acerca das atividades de exploração na ZDC. O CN pondera meios de ultrapassar esta dificuldade.</p>
<p><b>Disposição 3.2.</b> Dados de Produção</p>	<p>Não se aplica. Não existe produção na EEZ nem na ZDC</p>
<p><b>Disposição 3.3.</b> Dados de Exportação</p>	<p>Não se aplica. Não existem exportações na EEZ nem na ZDC</p>
<p><b>Requisito 4. Cobrança das receitas</b></p>	
<p><b>Disposição 4.1.</b> Divulgação abrangente de impostos e receitas</p>	<p>O CN definiu claramente a materialidade e limiares das empresas e governo nos relatórios, tendo considerado todos os pagamentos materiais, visto ter havido tão poucos fluxos financeiros em 2014. Todos os pagamentos feitos por empresas e recebimentos do governo referentes à ZEE foram incluídos. Os fluxos de receitas estão claramente reportados e explicados. Assim como também, foram identificadas as quatro empresas com pagamentos materiais e os organismos governamentais relevantes.</p> <p>Relativamente a ZDC não houve fluxos financeiros em 2014.</p>
<p><b>Disposição 4.2.</b> Pagamentos em Género</p>	<p>Não se aplica. Não existe produção e conseqüentemente nenhum pagamento em género.</p>



<b>Disposição 4.3.</b> Transação de Infraestruturas e permutas	Não se aplica.
<b>Disposição 4.4.</b> Receitas de Transporte	Não se aplica.
<b>Disposição 4.5.</b> Transações entre empresas estatais e governo	Não se aplica. Não existem empresas estatais no sector petrolífero de STP ativas.
<b>Disposição 4.6.</b> Pagamentos diretos subnacionais	Não se aplica.
<b>Disposição 4.7.</b> Nível de desagregação	Dada a pouca quantidade de empresas e entidades que reportam os dados nesta fase, não é relevante o apuramento do nível de desagregação.
<b>Disposição 4.8.</b> Atualidade dos dados	O 1º Relatório de EITI, referente ao período de 2003 a 2013, foi submetido fora de prazo inicialmente estabelecido, tendo sido publicado a 3 de dezembro de 2014, o que pode ser justificado com o facto de ser a primeira experiência. Os TdR's são complexos e as discussões em torno dos TdR's duraram muito tempo. No entanto, a entrega foi feita dentro do prazo de alargamento estabelecido, não tendo sido necessária uma avaliação por parte do Conselho de Administração da EITI sobre aceitação de tal alargamento do prazo. O 2º Relatório de EITI de 2014, submetido em 2 de outubro de 2015, foi entregue dentro do prazo estabelecido. Relativamente a este requisito, o Comité considera que o país está em condições de superar o seu cumprimento, sendo que a experiência até agora adquirida permitirá a realização dos relatórios respeitando melhor os prazos estabelecidos. Os dados que constam do segundo relatório EITI referem-se ao ano de 2014.
<b>Disposição 4.9.</b> Qualidade dos dados	É entendimento do Comité que o processo de elaboração dos relatórios de EITI tem seguido as normas internacionais exigidas tanto pelo financiador como pelo Secretariado Internacional. Os TdRs do Administrador Independente seguiram os critérios avançados de elaboração, foram amplamente discutidos pelas partes interessadas e aprovados pelo Comité Nacional, bem como os <i>templates</i> para obtenção das informações. Foi nos dois relatórios respeitada a materialidade definida e aprovada pelo Comité Nacional. Os relatórios foram produzidos por uma empresa de credibilidade internacional.
<b>Requisito 5. Gestão e distribuição de receitas</b>	
<b>Disposição 5.1. – 5.3.</b> (Distribuição de Receitas; Transferências subnacionais; Informações adicionais sobre a gestão e despesas das receitas)	O segundo relatório 2014 reporta que todas as receitas do petróleo foram transferidas para a Conta Nacional do Petróleo (CNP). A Agência Nacional do Petróleo de São Tomé e Príncipe (ANP-STP) recebe apenas taxas administrativas. No relatório encontramos também a descrição da distribuição das receitas do petróleo no OGE entre os anos 2003 a 2014, conforme estipulado na Lei das Receitas do Petróleo. Foram feitas transferências anuais da CNP (20% do saldo da CNP no dia 31 de Dezembro no fim do ano imediatamente anterior) para o OGE. Desta verba anual, 7% é transferida para a Região Autónoma do Príncipe e 10% para as autarquias locais. São também divulgadas as discrepâncias entre as transferências calculadas e as transferências efetivamente realizadas em 2007.

## Requisito 6. Gastos sociais e económicos

### Disposição 6.1. Despesas Sociais

O relatório da ITIE 2014 fornece informações detalhadas sobre os pagamentos sociais nomeadamente para projetos sociais e formação relativos à ZEE.

De acordo com os Contrato de Partilha de Produção (CPP) da ZEE, as contribuições sociais são obrigatórias, a maioria em género como contribuições diretas para projetos ou bolsas de formação A ANP-STP, no âmbito de gestão do CPP é responsável monitorização da implementação dos projetos sociais e formações. Todos os pagamentos obrigatórios foram divulgados, discriminado a natureza e o valor dos pagamentos em género, assim como também, os pagamentos efetuados para a formação. O relatório permitiu constatar um baixo nível de execução dos gastos sociais e identificou fragilidades a nível da monitorização. Como resultado, o CN reconhece a necessidade de adotar medidas que visem por um lado, acelerar a implementação e execução dos projetos sociais, por outro lado, melhorar os mecanismos de acompanhamento e monitorização da execução dos mesmos conforme recomendado no relatório 2014.

Em relação à ZDC, a ADC é responsável pela gestão e implementação dos projetos sociais e formações. A ADC reportou que não houve implementação de projetos em 2014 devido a inatividade.

### Disposição 6.2. Despesas paraíscais de empresas estatais

Não se aplica. Não existem empresas estatais no sector petrolífero de STP ativas. No entanto o Estado tem participações monitorizadas pela Agência Nacional do Petróleo (ver acima disposição 2.6.). Por conseguinte, a participação não conduziu a receitas nem despesas.

### Disposição 6.3. Contribuição do sector extrativos para a economia

A contribuição do sector petrolífero não é mencionada no relatório de 2014 porque o CN considerou que aquela seria insignificante para um país ainda sem produção, reconhecendo no entanto que a atividade de exploração produz algum impacto. Contudo, o relatório reporta em números absolutos as receitas do petróleo, bem como as despesas de funcionamento da ADC e ANP-STP; inclui quadros com as contribuições da Conta Nacional do Petróleo para o OGE, ambos em termos absolutos e percentagem de participação, de 2003 a 2014 (de 2014 são números estimados).

## Requisito 7. Impacto e Resultados

### Disposição 7.1. Debate Público

Os Relatórios da ITIE de 2003-2013 e de 2014 estão disponíveis no site do Ministério do Plano e Finanças em português e inglês.

O Comité Nacional considera que houve uma considerável evolução entre os dois relatórios produzidos, sendo que o 2º Relatório de EITI foi redigido de forma clara e apresenta interessantes sugestões de debate público que implicam participação da sociedade civil e de outros atores sociais implicados. A reflexão sobre a comparação entre os custos com a ZDC e a ZEE que sugere a reavaliação e reestruturação da gestão destas duas zonas é vista como ponto forte desta evolução e contribui bastante para a promoção de um debate público sobre a EITI.

O primeiro relatório foi divulgado em todo o país, com recurso a parcerias com organizações de sociedade civil e ativistas sociais e os media. A simplificação das informações para sua melhor acessibilidade, aliado à forma inovadora com que foram feitos os trabalhos de disseminação, também terá contribuído para melhor eficácia na sua disseminação. A EITI-STP mantém, ainda, uma página no Facebook e uma conta do Twitter com atualizações regulares desde agosto de 2015. O CN reconhece que são necessários mais esforços para proporcionar debates públicos com mais impacto.



<p><b>Disposição 7.2.</b> Acessibilidade dos dados</p>	<p>O 2º Relatório EITI, referente a 2014, apresenta informações acessíveis a uma boa compreensão dos objetivos. Ex: gráfico evolutivo de fluxo de receitas anuais; comparação de gastos relativos a ZEE e ZDC.</p>
<p><b>Disposições 7.3 - 7.4.</b> (Lições aprendidas e seguimento das recomendações - Resultados e impacto da implementação)</p>	<p>O Comité considera que o seu engajamento no processo tem sido crescente. No entanto, o desafio apresentado pelo facto de São Tomé e Príncipe ainda não produzir petróleo é considerado pelo Comité como factor limitador do seu trabalho. O Comité Nacional considera também que a ausência de mais recursos petrolíferos pode limitar a sua intervenção junto do Governo, no entanto expressou a sua convicção em continuar a exigir das autoridades maior colaboração no fornecimento de informações e de tomar decisões importantes no que concerne a intervenção junto do Governo sobre a necessidade de cumprimento das recomendações dos relatórios. Apesar destes constrangimentos quatro das sete recomendações do primeiro relatório forma implementadas (1º Relatório EITI).</p> <p>A implementação da EITI resultou, ainda, em alguns impactos de nota, nomeadamente o aumento da compreensão pública do setor petrolífero e dos princípios da EITI, a melhoria gradual da gestão da informação nos organismos governamentais, o aumento da colaboração entre setores e identificação de desafios na governação especialmente relacionados com a Zona de Desenvolvimento Conjunto e a despesa social.</p> <p>O CN decidiu alargar o perímetro da EITI para o sector das pescas.</p>

## 8.2. Visão geral das respostas do grupo composto pelas diversas partes envolvidas em relação às recomendações da reconciliação e Validação, caso aplicável

Recomendações das Reconciliações (2º Relatório EITI, 2014)	
Recomendações	Progresso
<p>1. Realização de Workshops de orientação e fóruns entre o Comité Nacional e os demais parceiros envolvidos</p>	<p>Durante o ano de 2015 foram realizados diversos workshops, nomeadamente a 14 de Maio e a 23 de Setembro bem como diversas reuniões do Comité Nacional de EITI com a participação alargada de outros parceiros.</p>
<p>2. O Governo deverá por em prática medidas de conformidade</p>	<p>Ação considerada prioritária, sendo que ainda é insipiente o cumprimento de ações sugeridas nas recomendações. No entanto, tem-se registado progressos por cada instituição envolvida.</p> <p>É importante frisar que medidas governamentais de carácter estruturante requerem tempo considerável.</p>
<p>3. Promoção de programas de formação</p>	<p>Apenas a Agência Nacional do Petróleo continua a reforçar a capacidade técnica dos seus quadros. Nas restantes agências governamentais envolvidas apesar da consciência da importância da formação específica nesta área, ainda não foram concretizadas ações. O mesmo se aplica ao Comité Nacional que deverá beneficiar de mais capacitação.</p>
<p>4. Preparação dos <i>reporting templates</i></p>	<p>O processo de preparação dos <i>reporting templates</i> foi melhorado no exercício de 2014, não tendo existido qualquer problema na compreensão, validação e receção da informação.</p>

5. Recurso a investigação independente pelo Comité Nacional das discrepâncias	Diante a necessidade de investigação de discrepâncias apresentadas no 1º Relatório EITI, registou-se um significativo melhoramento no 2º Relatório, não se tendo realizado qualquer investigação em relação ao primeiro.
6. Melhoria do nível de informação a reconciliar nos <i>reporting templates</i> e entidades a envolver na reconciliação	O processo de reconciliação independente do exercício de 2014 teve em consideração o objetivo de melhoria de práticas face ao anterior, não tendo resultado situações relevantes.
7. Publicação mais abrangente dos resultados e disseminação pela sociedade civil	<p>Foram desenvolvidas campanhas de disseminação pelo Comité Nacional e Secretariado Permanente durante o ano de 2014 e 2015, bem como ações de disseminação do 1º Relatório EITI aos órgãos de soberania do país e à sociedade civil em geral.</p> <p>Estas ações de disseminação têm passado pela realização de workshops, apresentação do relatório em parceria com a Assembleia Nacional e divulgação da Iniciativa nos media de São Tomé e Príncipe e também nos países lusófonos.</p> <p>Foi também realizada de forma eficaz a apresentação pública à sociedade civil do primeiro relatório na ilha do Príncipe e em São Tomé.</p> <p>O Comité Nacional aprovou e ainda é vigente a estratégia de comunicação da EITI-STP que teve por base um trabalho de campo realizado por um consultor externo que ajudou a definir os meios mais efetivos de comunicação dos outputs da Iniciativa para a Transparência.</p> <p>O Comité Nacional entende que esforços devem continuar a ser feitos para uma comunicação mais regular com as partes envolvidas, com enfoque para a sociedade civil.</p>

### 8.3. Os pontos fortes ou fracos específicos identificados no processo da EITI

#### 8.3.1. Pontos Fortes

Como referido acima neste documento, o CN considera que houve uma evolução positiva do processo de implementação da EITI em São Tomé e Príncipe apontando os seguintes pontos fortes:

- Maior empenhamento das entidades envolvidas no processo de implementação da EITI;
- Os princípios da transparência e da boa governação estão inseridos no quadro jurídico petrolífero permitindo a sua maximização para transformar STP em uma referência internacional;
- Utilização da STP-EITI como instrumento de reforço da transparência em STP;
- Inexistência barreiras políticas para a participação da sociedade civil santomense.

#### 8.3.2. Pontos Fracos

Os pontos fracos, prevacentes, são os seguintes:

- A ausência de organizações de sociedade civil que se dediquem especificamente a questões da transparência, que resulta no enfraquecimento do debate nas reuniões do Comité Nacional;
- O ambiente sociopolítico que envolve a indústria extrativa em São Tomé e Príncipe, que ainda não sugere um debate mais ativo e envolvente;
- Falta de recursos humanos para funcionamento pleno do Secretariado Permanente, a qual tem influenciado na qualidade dos trabalhos a nível do Comité;
- A implementação da EITI depende a quase 100% de fundo externos;

- Assegurar que todas as informações da ZDC sejam de acesso universal e gratuito ou disponível no GRIP de acordo com a Declaração de Abuja;
- Definição e implementação de ações de simplificação da informação que permita uma análise mais crítica da mesma por parte do público em geral.

Para o ano de 2015, a ITIE-STP contou com os seguintes financiamentos:

### 9.1. Governo de São Tomé e Príncipe

O Governo, através do Orçamento Geral de Estado tem dedicado uma verba para funcionamento de EITI-STP. Este valor é disponibilizado através da Direção Administrativa e Financeira do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul e destina-se a cobrir despesas operacionais de funcionamento do Secretariado Permanente.

### 9.2. Banco Africano de Desenvolvimento

No âmbito do Projeto de Apoio a Gestão Económica e Financeira (PAGEF), EITI-STP tem recebido apoio financeiro para realização de estudos, aquisição de equipamentos, elaboração de relatórios, disseminação de informação e visitas de trabalho.

### 9.3. Banco Mundial

O Banco Mundial apoiou desde o início apoio técnico e financeiro ao processo de candidatura de São Tomé e Príncipe ao EITI. Este apoio, proveniente do MDTF (Multi Donor Trust Fund) que vigorou até Dezembro de 2015, financiou equipamentos e composição do espaço do secretariado Permanente, elaboração dos Relatórios EITI 2003-2013 e 2014, 1º e 2º relatórios já publicados. Este financiamento foi extensivo à comunicação, capacitação das partes integrantes do Comité nacional de EITI e intercâmbio com outros países implementadores.

### 9.4. Governo de Timor-Leste

Importante parceiro de EITI-STP, o Governo de Timor-Leste tem, ao abrigo do Memorandum de Entendimento entre São Tomé e Príncipe e Timor-Leste para o sector dos recursos naturais, apoiado a EITI-STP com financiamento de equipamentos, recursos humanos para o Secretariado Permanente, e intercâmbio com a EITI-TL mediante visitas ao país e encontros com entidades governamentais, empresas e sociedade civil.

Os detalhes das despesas no quadro abaixo:

Governo de São Tomé e Príncipe Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul Orçamento Geral de Estado (OGE)	Área	Despesas	Total (STD)
	Deslocações do Secretário Permanente e membros do Comité Nacional	144.157.900,00	144.157.900,00
	Reembolso de despesas com viatura	17.706.017,00	17.706.017,00
	Prestação de serviço - análise de propostas de consultoria	9.720.000,00	9.720.000,00
	Reembolso de subsídio deslocação e bilhetes de passagem	9.235.000,00	9.235.000,00
	<b>Total das despesas</b>		<b>STD 180.818.917,00 EUR 7.380,36 USD 8.200,40</b>

<b>Banco Africano de Desenvolvimento</b> Projeto de Apoio a Gestão Económica e Financeira (PAGEF)	Área	Despesas	Total (EUR)
	Estudo e apoio ao Comité EITI	33.552,36	33.552,36
	Material informático	0	0
	Total das despesas		EUR 33.552,36 USD 37.280,00 STD 822.024,00

<b>Banco Mundial</b> Fundo Fiduciário Multi Doadores da ITIE Agência Fiduciária de Administração de Projetos (AFAP)	Área	Despesas	Total (USD)	
	<b>Bens</b>			
	Equipamento de escritório	3.163,8	3.163,8	
	<b>Serviços de consultoria e auditoria</b>			
	Preparação e apresentação do 1º e 2º Relatórios EITI	71.168,84	71.168,84	
	Custos financeiros	3.286,46	3.286,46	
	Honorários	27.626,2	27.626,2	
	Serviços de tradução e interpretação	2.400	2.400	
	Auditoria financeira	4.936,56	4.936,56	
	Consultoria em comunicação	40.000	40.000	
			149.418,06	
	<b>Formação</b>			
	Seminário - apresentação do 1º Relatório EITI-STP	14.938,54	14.938,54	
	Seminário de formação para sociedade civil	2.050	2.050	
	Realização da disseminação do Relatório EITI-STP	7.753,19	7.753,19	
	Participação na Reunião do Conselho de Administração de EITI na Suíça	14.780,97	14.780,97	
			39.522,70	
	<b>Custos Operacionais</b>			
	Encargos bancários	483,75	483,75	
	Combustível	1.141,23	1.141,23	
	Comunicação	3.456,51	3.456,51	
	Material de escritório	32,00	32,00	
			5.113,49	
	Total das despesas		USD 197.218,05 EUR 177.852,42 STD 4.357.384.290,00	

Governo de TIMOR-LESTE Memorandum de Entendimento TL-STP	Área	Despesas	Total
	Equipamentos	10.280,00 USD	10.280,00 USD
	Recursos humanos	0	0
	Visitas de trabalho	0	0
	Total das despesas		USD 10.280,00 EUR 9.252,00 STD 226.674.000,00

Total de todas as despesas		EUR 218.785,14 USD 243.094,60 STD 5.360.235.930,00
----------------------------	--	--

\* Taxa de câmbio (médio de 2015): 1 USD = 0,901806 EUR / 1 EUR = 24.5 STD

\*\* STD (Dobra): moeda nacional

10

## Detalhes da associação do grupo composto pelas diversas partes envolvidas durante o período:

Durante o ano de 2015, o Comité Nacional de ITIE foi composto pelos seguintes representantes, tendo havido uma alteração na representação das empresas petrolíferas:

### Governo:

Ministro das Finanças e Administração Pública (Presidente)  
Direção do Tesouro  
Agência Nacional do Petróleo de São Tomé e Príncipe  
Governo da Região Autónoma do Príncipe

### Empresas:

Oranto Petroleum

### Sociedade civil:

ONG WEBETO  
Federação das ONG'S  
Associação Santomense de Mulheres Juristas

### Indústria:

Câmara do Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços

### Media:

Rádio Nacional de São Tomé e Príncipe

O presente relatório foi elaborado pelo Secretariado Permanente de EITI de São Tomé e Príncipe em Julho de 2016 e aprovado pelos membros do Comité Nacional.



Ministério  
das Finanças,  
Comércio e  
Economia Azul



Secretariado Permanente  
Edifício das Alfândegas  
São Tomé, São Tomé e Príncipe  
T: +239 2223119  
E: [secretariado@eiti.st](mailto:secretariado@eiti.st)

**Kwá Pôvo**  
**Pôvo toká Sêbê**